Carlos Serrano:**Um Intelectual entre a Memória e a Nação**

Carlos Serrano é antropólogo e professor do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Foi diretor do Centro de Estudos Africanos (CEA-USP) e integra o corpo editorial das revistas *África: Revista do Centro de Estudos Africanos* (São Paulo), *Revista Angolana de Sociologia* (Luanda) e *SANKOFA: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana* (São Paulo). Como professor, orientou diversos trabalhos cujos domínios caminham não só pela Antropologia, mas pela Literatura também.

Pesquisador ativo, publicou *Os senhores da terra e os homens do mar* (FFLCH-USP, 1983), *A revolta dos colonizados* (Atual, 1995, com Kabengele Munanga), *Brava gente do Timor: a saga do povo maubere* (Xamã, 1997, com Maurício Waldman) e *Memória d'África: a temática africana em sala de aula* (Cortez, 2007, com Maurício Waldman). Em 2008, foi editada sua tese de doutorado *Angola: nascimento de uma nação. Um estudo sobre a identidade nacional* (Kilombelombe, Luanda).

Nesta entrevista, Carlos Serrano relata-nos seu percurso cujo cerne é Angola: desde as articulações na Casa dos Estudantes do Império, a Luta de Libertação Nacional até os temas mais recentes da Nação angolana que, para ele, “deve estar sempre em construção e reconstrução”. O reconhecimento por seu trabalho na área de Ciências Humanas veio em novembro de 2009, quando da sua consagração como vencedor da disciplina de Investigação em Ciências Humanas e Sociais

do *Prémio Nacional de Cultura e Artes* promovido pelo Governo de Angola.

Foto: Osvaldo Silva

Entrevista realizada por Osvaldo Silva, em 21 de agosto de 2009, no Centro de Estudos Africanos da USP, em São Paulo. Revisada por Andrea Cristina Muraro.*

* Mestrando em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela FFLCH – USP. Bolsista do CNPq.

Revista Crioula – Para começar, gostaria que traçasse a sua trajetória pessoal, sobretudo intelectual, política e acadêmica – se é que é possível e válido fragmentá-la nesses termos.

Carlos Serrano – Eu nasci em Cabinda, em janeiro de 1942. Fiz os estudos secundários no sul de Angola, perto do Lubango (antiga Sá da Bandeira), na Escola de Regentes Agrícolas do Tchivingiru. Ao todo, passei uns seis anos no sul de Angola, onde fiz todo o curso secundário. E quando chegou mais ou menos na idade de prestar o serviço militar, ou seja, em 1962 – a essa altura já tinha iniciado a luta armada em Angola, com os portugueses a mobilizarem todos os jovens para a guerra colonial –, eu pedi a transferência das obrigações militares para Portugal, vendo assim a possibilidade de dar continuidade aos estudos em nível superior numa universidade (uma vez que, por essa data, ainda não havia universidade em Angola, que viria a ser criada pouco tempo depois, em 1963, com os Estudos Gerais Universitários) e, com isso, adiava a possibilidade de me mobilizarem para guerra, uma guerra colonial com a qual não estava de acordo, antes pelo contrário: eu estava era de acordo com a guerra de libertação nacional, com a guerra nacionalista. Então, em Portugal, matriculei-me no Instituto de Agronomia da Universidade de Lisboa, onde estudei cerca de um ano, de 1962 a 1963, o que permitiu que tivesse um contato maior com as pessoas das diversas colônias na Casa dos Estudantes do Império (CEI).

Revista Crioula – Como era o cotidiano, a convivência por esses tempos na CEI?

Carlos Serrano – Eu era um assíduo da Casa, tanto mais que chegava a faltar às aulas para estar naquele ambiente. Havia um convívio muito grande e havia também momentos de debate muito intenso porque as lutas de libertação estavam sendo desencadeadas nas colônias e todo o mundo, de uma ou de outra maneira, queria se engajar mesmo, que fosse dentro de uma certa legalidade, sendo que a

CEI dava essa certa legalidade, através de publicações na revista *Mensagem*, palestras, encontros etc. Havia uma série de serviços culturais, digamos assim, através dos quais nós nos mobilizávamos. Eu me lembro que, um dia chegou à Casa o manuscrito de um dos livros de Luandino Vieira, salvo erro, era *Vidas novas* ou se não mesmo *Luuanda*... O manuscrito estava num papel de agenda comprido, grafado em letra bem miúda, sempre me lembro... Eu cheguei a fazer parte do grupo que transcreveu aquela obra. Enquanto uns ditavam, os outros, com maior habilidade, iam datilografando com muito cuidado. A gente se revezava e depois havia todo um trabalho de revisão. No fundo, com o Luandino preso naquela altura, a gente fazia um trabalho um tanto quanto clandestino. Porque as primeiras edições, tanto de *Luuanda* quanto de *Vidas novas*, foram edições clandestinas. *Luuanda* veio como editada no Brasil, salvo erro, em Belo Horizonte, quando, na verdade, tinha sido editada em Portugal clandestinamente. E quanto a *Vidas novas*, eu não tenho a certeza se foi editada em Portugal ou em Paris... No fundo, eram estratégias para despistar a PIDE¹.

Tudo isso para dizer que, em Portugal, nessa altura, a vida era muito ativa, mas também havia uma certa repressão. E nessas condições, vi que não podia regressar a Angola e também não seria tão fácil permanecer em Portugal. Eu não estava interessado em fazer os estudos em Portugal, sendo que também não era essa a minha verdadeira intenção, já que a qualquer momento podia ser mobilizado para a guerra colonial. Daí que, alguns meses depois, eu consegui sair para Paris com uma minha prima. A minha prima já era uma pessoa *habituée*, de ir e vir de Lisboa a Paris. Ela era estudante do Instituto Superior Técnico (hoje é engenheira e vive nos Estados Unidos da América) e foi com quem aprendi o caminho e o jeito de sair de Portugal de uma forma legal.

Bom, posto em Paris, contatei algumas pessoas, mas essas pessoas aconselharam-me a voltar, dizendo-me: “Tu tens de voltar para

¹ Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

Angola porque lá tu serás mais útil do que aqui”. E eu, de certa maneira, obedeci a esse conselho que para mim era como uma palavra de ordem. Foi assim que voltei para Portugal, levando comigo uma *senha* que devia usar, quando estivesse em Cabinda, para contatar uma pessoa que estava naquele momento em Brazzaville e que viria à fronteira de Cabinda. Mas ainda em Portugal, chegou-me a notícia de que essa pessoa tinha se entregado às autoridades portuguesas. Essa pessoa era o poeta Ernesto Lara Filho, primo do Lúcio Lara e irmão da Alda Lara. Confesso que, naquela altura, fiquei irritado e muito nervoso, mas hoje eu até tento compreender a ação do Lara Filho, que no fundo não era uma má pessoa, mas que não estava passando bem e teve esse ato louco! E o pior de tudo foi que, a essa altura, eu já tinha pedido a tal transferência das obrigações militares novamente para Angola para voltar de fato. É que eu fiz isso quando regressei de Paris... Bem, diante dessa situação – vendo a hipótese do Lara Filho ter dado o meu nome às autoridades portuguesas –, eu decidi usar a mesma possibilidade de sair para Paris de férias (compulsórias, digamos assim), e porque a licença militar ainda me dava um mês ou dois para viajar. Era um período de férias, junho ou julho, e havia muitos estudantes em trânsito, sobretudo estrangeiros. No trem, eu juntei-me imediatamente a umas inglesas e combinamos declarar à polícia que ficaria em casa delas na Inglaterra. Consegui atravessar a fronteira num suspiro, aquilo foi um alívio... Mas o que me pressionou também a sair imediatamente de Portugal naquela altura, para além daquele caso do Lara Filho, foi o malsucedido de uma fuga que nós estávamos preparando pela CEI. A idéia era sair através do sul de Portugal, do Algarve, e chegando a Marrocos a gente conseguiria logo um asilo político, o que era mais fácil do que ir para França através de Espanha. Hoje eu posso dizer que quem recebia o dinheiro das quotas para essa fuga era o Carlos Eduardo Ervedosa, que era uma pessoa legal como presidente da Casa e que, por isso, não tinha qualquer interesse em sair de Portugal. Outra pessoa que – se bem me lembro – também estava envolvida na organização dessa fuga através do Partido Comunista Português (PCP)

era o Henrique Abranches, que era um frequentador da Casa e que, tempos depois, entrou na clandestinidade e ninguém nunca mais o viu. O que aconteceu foi que houve uma prisão de duas pessoas, dois garotos, que tentaram sair sozinhos, por espontânea vontade, porque ninguém os queria no grupo por serem menores de idade. Interrogados pela PIDE, eles disseram os contatos que tinham na CEI e que possivelmente haveria uma fuga mas que eles não podiam ser incluídos nessa fuga. Foi aí que começaram a prender e torturar as pessoas, uma por uma. Quando eu vi isso acontecer, eu disse: “Bom..., a qualquer momento isso vai chegar a mim”. E decidi ir-me embora, depois de ter recebido o aviso de um amigo meu que tinha sido preso, que dizia: “Olha, avisa ao Serrano que ele pode ser o próximo porque eu falei o nome dele”. Pois claro! Com a tortura..., só tinha mesmo é que falar.

Revista Crioula – De volta a Paris?

Carlos Serrano – Cheguei a Paris. Os primeiros contatos que eu fiz em Paris foram com as pessoas do MPLA². A primeira delas que eu conheci foi um mais velho que era quase uma referência do MPLA naquela altura: Inocêncio Câmara Pires. Ele era uma espécie de embaixador do MPLA em Paris (se bem que essas coisas não se usavam naquela altura, ou seja, embaixador entre aspas). Bom..., mas era em casa dele que ele recebia todo o mundo... Eu fui procurá-lo, ele recebeu-me muito bem e apresentou-me aquele que toda a gente dizia que era o secretário dele, o Paulo Teixeira Jorge (que hoje está no Comité Central do MPLA). O Paulo Jorge trabalhava à noite na gráfica da revista *Paris Match* e, então, ele cedia-me o quarto dele. Eu levantava-me cedo, saía e deixava a chave debaixo do tapete porque ele chegava de manhãzinha para dormir, o que não era permitido porque o quarto estava alugado para ele e não para mim... Nunca mais vou esquecer-me desse ato de generosidade de parte dele.

² Movimento Popular de Libertação de Angola.

Revista Crioula – E o que motivou a saída de Paris?

Carlos Serrano – Para mim, não havia praticamente nada para fazer em Paris naquela altura: uma pessoa corria o risco de levar uma vida de boêmio... Havia por lá muitos angolanos que não faziam nada. Outras faziam e até fizeram: como é o caso do Rui Clinton que estava estudando e que veio a escrever uma história sobre aquele período. Ainda assim, a maior parte deles estava em Paris *en passant*, esperando algum momento para seguir para outros países com a intenção de estudar ou mesmo trabalhar. A minha intenção era conseguir chegar a Argel, porque Argel era o lugar onde todo mundo estava se reunindo em torno do projeto nacionalista. Então, por intermédio de alguns contatos, consegui da embaixada da Argélia em França um *laisser passer*. Na verdade, eu havia mantido dois contatos em Argel, sendo que o maior deles foi com um pessoal próximo ao MPLA, mas que não estavam dentro do MPLA. Por serem brancos ou mestiços, eles formaram uma Frente de Unidade Angolana (FUA). Eles eram: Sócrates Dáskalos, que morreu e deixou um livro de memórias; Adelino Torres, que é hoje professor catedrático de Sociologia no Instituto de Economia da Universidade de Lisboa; Adolfo Maria, que foi um indivíduo que depois pertenceu à Revolta Activa; Maria do Céu Carlos dos Reis, que pertenceu também à Revolta Activa; Mario Nobre João, que é hoje professor em Coimbra; e Pepetela. Esses talvez sejam os mais conhecidos, que já tinham feito esse itinerário que eu fiz por Paris um ano antes. Mas, uma semana anterior à minha chegada a Argel, tinha-se dado um racha na tal FUA. Lembro-me, inclusive, que o Sócrates me disse logo que eu cheguei: “Não sei o que é que vieste fazer, porque a FUA já não existe!” O Adelino Torres, no prefácio ao livro do Sócrates, narra essa passagem e fala da minha chegada por lá.

Revista Crioula – Em que ano exatamente isso acontece?

Carlos Serrano – Isso em 1963, salvo erro. Acho que o Adelino fala em Julho ou Agosto... Fica por se confirmar essa data, mas é por aí. Bom, eu fico na Argélia durante algum tempo. Trabalhei bastante em várias cooperativas. As cooperativas eram associações de autogestão³ dos patrimônios que, naquela altura, haviam sido abandonados pelos franceses. Os franceses desocuparam a Argélia e deixaram muita coisa quebrada, para não ser usada... ou simplesmente abandonaram as empresas. Primeiro, trabalhei numa cooperativa agrícola, em Blida, que fica a uns 40 ou 50 quilômetros de capital. Foi antes da ida a Blida que o Sócrates, com quem eu passei depois a ter uma relação mais próxima, disse-me: “Então, tu queres conhecer o Viriato da Cruz? Ele estará em casa do João Vieira Lopes, em Bufarik”. Bufarik era uma cidade que ficava a meio caminho entre Argel e Blida. E o João Vieira Lopes, depois de uma primeira briga que houve no MPLA, foi praticar medicina na Argélia, levando a família com ele. Então, em casa do Vieira Lopes, tive o meu primeiro contato com o Viriato, que estava em Argélia quase que exilado. O governo argelino deu-lhe proteção – ele, a mulher e a filhinha –, mas havia toda uma animosidade... Ele não estava muito bem em Argélia. Em todo o caso, estava melhor em Argélia do que lá embaixo, onde corria um certo perigo: primeiro, porque era dissidente do MPLA e, segundo, apesar de estar próximo à FNLA⁴, ele não confiava de jeito nenhum no Holden Roberto. Mais tarde, quando da minha transferência de Belida para Argel – onde trabalhei numa outra cooperativa de hotéis e restaurantes –, eu pude contatá-lo novamente. Conversamos várias vezes e eu o tinha como um mais-velho...

Revista Crioula – Que lembranças é que guarda do Viriato da Cruz desta fase?

³ Em certos países, gestão de uma empresa por uma comissão de trabalhadores.

⁴ Frente Nacional de Libertação de Angola.

Carlos Serrano – Era, acima de tudo, uma pessoa muito dinâmica, mesmo com todos os constrangimentos e limitações daquele momento. Ele vinha de uma dissidência em que estava em causa, em parte, a liderança do Movimento e a questão racial. O que ele defendia era que, naquela etapa da luta de libertação, não havia um espaço nem para brancos nem para mestiços em posições de chefia. E foi isso que o levou a afastar-se... Ele mesmo sendo um filho de mulatos – e aqui quero fazer uma diferença entre o ‘mulato’ e o ‘filho de mulatos’ –, preconizava a sua saída como secretário geral do Movimento e que a direção estivesse, em termos de representação, o mais ‘africanizada’ possível. Isso porque havia um complô fora do MPLA, tanto da UPA⁵ como de certos países africanos, que acusava o MPLA de ser um Movimento de filhos de colonos.

Revista Crioula – Em todo o caso, há quem considere, nomeadamente Edmundo Rocha⁶, que tal afastamento viria a ser o “primeiro erro político” de Viriato da Cruz, na medida em que o mesmo pendeu para uma certa “auto-exclusão racista”.

Carlos Serrano – Bem, o Viriato sempre disse que aquilo era uma estratégia política. Ele sempre condenou o racismo... Ou seja, ele dizia que aquela era uma etapa, o que não quer dizer que devíamos abandonar a luta. De resto, as barreiras raciais não estavam superadas no seio do Movimento. Era aquilo o que ele me dizia: “Serrano, você sempre será um angolano. Você tem consciência, você sabe... Mas essa não é a etapa para nós. O racismo só vai acabar quando a gente fizer da luta contra o racismo um princípio da luta de libertação”. E, em tudo isso, ele me aconselhou a ir estudar: “Serrano, você aqui não está

⁵ União das Populações de Angola.

⁶ Cf. ROCHA, E. *Angola: contribuição ao estudo do nacionalismo moderno angolano. Testemunho e estudo documental (período 1950-1964)*. Vol. 2. Luanda: Kilombelombe, 2001, p. 41.

fazendo nada. Você nunca vai poder pegar em armas. Se queres ser útil a Angola, vai estudar”. Foi o que eu fiz.

Revista Crioula – E isso o levaria a abandonar a Argélia?

Carlos Serrano – Sim. Diante daquela situação em que me encontrava, era quase impossível estudar em Argélia. Não tinha bolsa... Pedi uma bolsa para a UGEAN⁷, mas não me deram porque sabiam exatamente que eu era amigo do Viriato! Com a FUA extinta, alguns dos antigos membros formaram o Centro de Estudos Angolanos (CEA). Mas eu não me achei naquele grupo... Decidi ir para Suíça, em Lausane, porque tinha lá alguns contatos. Foi lá que comecei a fazer o curso de Ciências Sociais, vivendo como exilado político. Contudo, tive de interromper o curso por causa de uma malária, que quase me levou. Felizmente salvei-me e acabei vindo para o Brasil. Logo que cheguei ao Brasil, tratei de pedir a naturalização, pelo menos assim a PIDE já não me podia mexer. A partir daí, acabavam-se todas as minhas andanças. Começava outra dimensão, que já não era mais de militância política, mas acadêmica. Foi aqui, na USP, que dei seguimento aos meus estudos e, mais tarde, a carreira acadêmica. Comecei, junto com o Fernando Mourão, dando as primeiras disciplinas sobre África, e de certa maneira estive na fundação do CEA. A intenção era começarmos a dar um espaço aos Estudos Africanos aqui dentro da universidade, o que também não foi fácil, como deves imaginar. Enfim, foi toda uma jornada de aulas, publicações, orientações e etc., há mais de 30 anos. Hoje, falta um ano e meio para a minha aposentadoria...

Revista Crioula – Pelo que fica dito, não é difícil pressupor que exista algum tipo de compromisso intelectual seu para com Angola e, em particular, para com a geração de intelectuais angolanos que o antecederam.

⁷ União Geral dos Estudantes da África Negra sob Domínio Colonial Português.

Carlos Serrano – Com certeza. Os angolanos não podem dizer que eu deixei de trabalhar para Angola, porque toda a minha produção intelectual, com exceção de alguma coisa relacionada com Timor e com África em geral, é virada para Angola, particularmente para o movimento nacionalista. Eu procuro falar sobre questões que me são muito próximas – pelo meu passado e vivência –, mesmo quando se trata de algum tipo de reconstrução histórica sobre o passado de Cabinda, sem quaisquer motivações ideológicas maiores. Ou seja, nasci em Cabinda e não escondo a simpatia que tenho pela minha terra e pelo seu povo. Mas as pessoas falam e sempre me identificam como ligado a FLEC⁸, o que é mentira. Tive pessoas da família... claro! O meu irmão mais velho, mestiço, hoje falecido, esteve ligado à cúpula da FLEC no Congo. Mas eu não. Quanto a isso, a minha vida é transparente: sempre estive ligado ao MPLA como simpatizante. E, dentro do MPLA, as pessoas me consideram bem e eu não tenho mágoa nenhuma... Mas, ao mesmo tempo, eu entendo e não deixo de pensar nos problemas de Cabinda e não me furto a dar a minha opinião. Outra vez, alguém numa rádio me perguntava o que é que eu achava sobre a “Independência de Cabinda”. Ora, o que é isso?! Essa não é uma pergunta para ser feita a mim, mas sim à população de Cabinda. Quanto a mim, eu sou pela autonomia de todos os povos dentro dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Aliás, acho que o próprio presidente José Eduardo já teria falado isso em algum momento. Agora, acho que se devia tentar consultar as pessoas e pô-las a debaterem isso e não pegar numa única pessoa de um grupo de indivíduos que não representam a maioria. Acho que a Igreja Católica de Cabinda deveria ter uma representatividade importante nas negociações que conduziram ao Memorando sobre Cabinda. Ainda assim, eu acho que autonomia é uma coisa e independência é outra. Tanto mais que o primeiro

⁸ Frente de Libertação do Enclave de Cabinda.

manifesto do MPLA, de 1963, fala nessas possibilidades, quando se refere à futura forma de administração do território nacional.

Revista Crioula – O que viria, tempos mais tarde, a ser descartado...

Carlos Serrano – Exatamente..., até pela evolução dos acontecimentos. Mas tudo bem..., estas são questões que ainda podem vir a ser debatidas a médio ou a longo prazo.

Revista Crioula – Agora que trouxe para conversa a questão de Cabinda, sugere-nos, inevitavelmente, o tema da Nação em Angola. A última das conclusões de sua tese de doutorado foi exatamente a seguinte: “A construção da Nação é um processo em curso onde as soluções harmoniosas dependem, em parte, da sensibilidade e eficácia dos seus dirigentes.”⁹ Hoje, mais de duas décadas após essa conclusão, que balanço é que faz da realidade nacional angolana?

Carlos Serrano – Já se ultrapassaram muitos dos obstáculos. Mesmo na questão de Cabinda, já houve um encaminhamento. Eu tenho a impressão que não é o definitivo.

Revista Crioula – E pensa que foi o melhor, a julgar pelo novo estatuto que a província de Cabinda passa a ter quer no plano da gestão político-administrativa do território nacional, quer no plano da gestão dos seus recursos, em particular o petróleo?

⁹ Cf. SERRANO, C. *Angola: nasce uma nação. Um estudo sobre a construção da identidade nacional*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: 1988, p. 228.

Carlos Serrano – Pois é! Com esse tratado, se projeta alguma coisa, que estava nas aspirações de muita gente, mas não de todos. E a representação de todos é que é válida. É claro que haverá sempre um ou dois que não estarão de acordo. Além de tudo, há interesses muito grandes. Quer dizer, há pessoas que vivem há mais de vinte anos em Paris... Com que dinheiro e de que forma? Há interesses muito nebulosos ligados ao petróleo e a outras coisas mais. Agora, os trinta anos de guerra provocaram, realmente, problemas de retardo em conseguir todas essas soluções. De tal maneira que a solução para a questão de Cabinda só foi procurada depois do final do conflito armado com UNITA¹⁰, em 2002. Ou seja, a guerra – mas isso já vem lá do partido único – acabou produzindo uma certa cultura (que eu não vou chamar de ‘autoritária’ porque a palavra me parece muito violenta) que faz com que as pessoas, às vezes, tenham dificuldades em ceder. O que se precisa agora é de um espaço cada vez maior para o debate entre os intelectuais e a sociedade. Porque não se pode dizer que todos os intelectuais em Angola pensam pelo partido no poder. Eu conheço gente competente, grande parte professores universitários, que não se enquadram na categoria gramsciana de ‘intelectuais orgânicos’, que estão fora do partido e são críticos, inclusive, de ações do próprio governo. Portanto, a sociedade civil precisa estar representada neste novo debate sobre a reconstrução da Nação. Agora, o grande desafio do MPLA, depois de ter acabado com a guerra e conquistado a maioria legislativa, é reconstruir Angola. Trata-se de uma reconstrução que não é apenas material, mas também cultural. Isso implica criar formas de inclusão e não de exclusão, ou seja, dar voz aos vários segmentos da sociedade e da população. E, aqui, refiro-me principalmente àqueles segmentos da população que estão longe, espacial e politicamente, do poder central.

Noutro dia, mandaram-me um jornal privado angolano com uma matéria especial sobre Cabinda. A pessoa que me mandou o jornal, um

¹⁰ União Nacional para a Independência Total de Angola.

amigo meu, pedia a minha opinião relativamente aos projetos para Cabinda. Bom, eu nem respondi..., porque para isso teria de falar demais. Realmente estão a ser feitas muitas coisas... Finalmente, agora estão a ser feitas, embora muitas continuem ainda em projeto. Fala-se de um cais de águas profundas! Eu espero ver isso antes de morrer, porque desde criança, ainda no tempo colonial, que escuto falar desse porto que nunca se fez e que sempre foi uma das grandes promessas para Cabinda. Agora, tudo o que está a ser feito para Cabinda corresponde a tudo aquilo que Cabinda merece. Ou seja, quem pagou esta guerra de trinta anos? Foi o petróleo de Cabinda. Quando havia guerra e não havia produção de nada, produzia-se petróleo. E foi esse petróleo que pagou as armas e está pagando, até hoje, a reconstrução do país. Então, tem de ser feito, sem dúvida, alguma coisa por Cabinda.

Revista Crioula – E o que dizer da responsabilidade social das petrolíferas?

Carlos Serrano – Há também interesses e responsabilidades externas, portanto, alheias aos interesses dos angolanos. Por exemplo, há cerca de cinquenta anos que a Chevron, a companhia americana, está em Cabinda. Eu era garoto quando eles começaram a fazer as primeiras prospecções. Eu pergunto: o que é que eles fizeram por Cabinda? Em cinquenta anos, quantos bairros, quantas estradas...? Em todo esse tempo, já deviam ter construído, no mínimo, uma central de energia para o enclave inteiro. É isso o que eu cobro. Porque, nos primeiros anos, a Chevron dizia que não havia petróleo em Cabinda, mas, mesmo assim, não deixava de prospectar. Tempos depois, quando eu estava em Paris vindo para o Brasil, em 1967, sai uma manchete no *Le Figaro*: “Descobriu-se petróleo em Cabinda”. A partir daí, já se sabia que Cabinda seria o ‘Kuwait africano’. Nessa altura, sucederam-se dois acontecimentos importantes: primeiro, os americanos já tinham tido o primeiro problema no Golfo Pérsico; segundo, na Guerra dos Seis Dias

entre Israel e o Egito, os israelenses bloquearam o canal de Suez e, a partir daí, todos os petroleiros que antes atravessavam o canal de Suez tinham de dar à volta a África inteira. E note que o canal de Suez esteve obstruído vários anos. Então, nesse mesmo momento, eles abriram as torneiras de África, de Cabinda e do Biafra, na Nigéria. Parece que não, mas está tudo relacionado... O mesmo se sucedeu quando da recente invasão ao Iraque. As guerras todas da África ocidental que punham em questão o petróleo acabaram. Tudo isso porque os americanos não querem mais guerras na África ocidental, porque estas guerras, sem que ainda se tenham resolvido os problemas no Golfo Pérsico, acabam pondo em causa o mercado do petróleo.

Por isso, a entrada de um novo parceiro, a China, alterou, em grande parte, todas essas questões de entreajuda entre os diversos países. Porque a entrada da China, embora por interesses energéticos, inclusive do petróleo, acontece, felizmente, num momento de necessidade de reconstrução de Angola. Não se gasta mais dinheiro em armas – pelo menos tanto quanto se gastava antigamente, claro! Então, algum dinheiro sobra para se fazerem grandes obras de reconstrução em Angola. Eu estou otimista a este respeito; mesmo que as pessoas digam que esta nova situação está a formar uma grande burguesia, o que também não deixa de ser verdade. Seja como for, junto com essa ‘revolução burguesa’, que se está dando agora em Angola, surge também dinheiro para se investir na formação da população, porque se precisa de gente qualificada para a própria reconstrução. Portanto, eu tenho um grande otimismo que isso virá a beneficiar, em parte, a população angolana, que foi posta de parte durante estes anos todos de guerra.

Revista Crioula – E neste novo contexto, que avaliação o senhor faz da eficácia do discurso literário angolano, na busca de novo(s) sentido(s) de nacionalidade que não mais aquele homogeneizante propugnado pelo discurso oficial? Ou, formulando de outro modo: como

a produção literária angolana contemporânea vem (re)assumindo o tema da identidade nacional à luz da própria tradição literária?

Carlos Serrano – Eu penso que o tema da identidade nacional sempre esteve presente na Literatura Angolana. Trata-se de uma tradição bastante antiga. Essa tradição faz parte não só da resistência, como também dos primeiros momentos de luta contra o colonialismo. Ela vem desde o nativismo, com os jornais do final do séc. XIX e começos do XX, passando pelos anos 40 e 50, sobretudo, com toda a atividade da *Mensagem* e da *Cultura*, mas também, incluindo-se aí, o movimento dos jovens intelectuais que teriam como palavra de ordem “Vamos descobrir Angola!”. No fundo, são esses jovens intelectuais que vão ter o papel de liderança na luta de libertação. E é interessante ver como é que uma revolução produziu tanto poeta... Ou seja, perante a falta de legalidade, a única arma que sobrava para os jovens angolanos era a escrita, denunciando ou trazendo sempre a ideia de uma possibilidade, de uma utopia. E o mais interessante ainda é que a vontade de criar uma Nação era tanta – e esse voluntarismo está bem marcado nessa produção literária e intelectual – que o discurso autônomo surge muito antes da Nação. Quer dizer, as pessoas começam a falar de si próprias, das suas felicidades e das suas desgraças, antes mesmo da luta armada de libertação e da independência. As pessoas começam a construir um futuro (sem se darem conta disso, talvez) de uma forma autônoma, onde, muitas vezes, não aparece nem mais o colono ou então aquilo que ‘não é nosso’. É assim que as pessoas começam a construir alguma coisa ‘sua’, em que elas deixam de ser *objeto* para ser *sujeito* do seu próprio discurso. Então, esse foi o primeiro degrau na luta pela libertação. E isso nunca deixou de existir... Claro que, durante a luta armada de libertação, o tempo era exíguo para escrever, até porque os intelectuais estavam mobilizados para essa luta. Mesmo assim, houve guerrilheiros que fizeram poemas e que, depois da Independência, foram recuperados. A

temática dessa poesia era da guerra, como se pode ver em Costa Andrade, Spencer e outros que estavam na guerrilha. Aliás, naquela altura, havia uma proposta para que eu ficasse no CEA, em Argel, e a incumbência minha era exatamente a de fazer uma antologia. Lembro-me que o Viriato disse: “... mas isso já se fez. As antologias já existem. Este não é mais o momento da revolução para se fazerem antologias. Ou então, se se fizerem antologias, deve ser dos novos poetas que estão com armas na mão”. Bom..., mas, naquela altura, eu não tinha acesso àquelas pessoas que estavam na guerrilha.

Quanto à fase após a independência, começa-se a criar, mais sistematicamente, uma literatura que eu chamaria de ‘reconstrução nacional’. Apesar da guerra, que ocorria naquela fase, há expressões de escritores que narram o cotidiano sem necessariamente estarem amargurados com a guerra. Ou seja, eu penso que a literatura, às vezes, pode andar atrasada e, outras vezes, anda à frente da sociedade. Claro que isso viria a cansar as pessoas. E houve um momento que eu vi os poetas a produzirem, nos anos 90, poemas sobre amor. E isso me pareceu também natural. Entre o Thanatos, que é a morte, e o Eros, que a vida, as pessoas resolveram falar da vida na poesia para enfrentar o Thanatos da guerra. Isso corresponde à relação dos indivíduos com a sociedade, na medida em que as pessoas estavam cansadas de guerra. Então, houve uma produção significativa de poemas sobre questões de amor, sobretudo feita por uma geração de jovens poetas que não sei se teve continuidade. Entretanto, houve os mais velhos, digamos assim, que amadureceram e continuaram falando das problemáticas de Angola. Alguns reveem o passado, como é o caso do Pepetela, com *A geração da utopia*, *Lueji* ou *A gloriosa família*, onde ele mostra ironicamente a formação de uma pequena burguesia... Outros, como o Manuel Rui, com *Quem me dera ser onda*, vão falar da euforia de viver a revolução e dos próprios absurdos que nasciam dessa situação, de uma forma também bastante irônica, gozadora e carnavalesca. Mas há ainda aqueles, como é o caso do Ruy Duarte de Carvalho, que trabalham a relação entre Literatura e Antropologia. Quer dizer, eu acho que, de

uma forma amadurecida, as pessoas continuaram construindo uma literatura de ‘pés no chão’, falando das problemáticas que viviam. Da mesma forma que, por exemplo, o Manuel Lima, lá atrás, começou com *As sementes da liberdade* acompanhando exatamente o momento que estava sendo vivido através da sua própria experiência como alguém criado nas bandas do leste de Angola. Depois, com *As lágrimas e o vento*, ele fala também com base na sua experiência de soldado do exército português e da guerrilha, como um dos primeiros chefes do Exército Popular de Libertação de Angola (EPLA) no norte, em Cabinda, embora essa experiência não tenha dado certo para ele, o que o fez procurar outras vias...

Revista Crioula – Em uma mesa-redonda intitulada *Memória e História recente de Angola*¹¹, o senhor comentou sobre a publicação de várias ou muitas biografias e memórias em Angola nos últimos anos. A que o senhor atribui esta necessidade de perpetuar a própria história de vida? Até que ponto tais publicações contribuem para compor a História recente de Angola? Ou a sua vitalidade se volta apenas para o ficcional?

Carlos Serrano – Bem, temos a literatura que começa a empreender grandes passos para a reconstrução histórica. Talvez esta quantidade de obras se explique – e isso não é uma crítica velada – pelo fato da literatura caminhar muito mais aceleradamente que a produção histórica ou sociológica. Há a seguinte pergunta que eu faço ao Pepetela numa entrevista de 1985 que está publicada na *Via Atlântica*¹², em que eu digo o seguinte: “Pepe, tu és sociólogo, fizeste sociologia na Argélia..., mas não tens publicado muitos trabalhos de sociologia, deste preferência à literatura. A que isso se deve?” E aí ele diz (claro que a

¹¹ XXXVI Encontro de Estudos Rurais e Urbanos/NAP/CERU/USP: em 18 de maio de 2009.

¹² SERRANO, C. O romance como documento social: o caso Mayombe. In: *Via Atlântica*, nº 3, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999, p. 132-139.

resposta não foi simplista tal como eu vou enunciar): “Olha, tu sabes que, para o povo, é mais fácil ler um romance do que ler um livro de sociologia”. E é verdade! Quer dizer, uma explicação sociológica traduz-se numa certa linguagem que não é acessível para todos, o que não acontece com o romance. Agora, evidentemente que o romance não tem a mesma fidelidade de uma explicação sociológica. Mas tem importância... *Mayombe*, para mim, é um livro importante porque narra exatamente o que se passa num certo momento histórico, isto é, problemas que se afluíram dentro da própria guerrilha, mesmo que seja através da ficção. Deve-se compreender os temas que surgem dentro do romance e que questionam determinados problemas existentes na sociedade, e não tomá-lo como uma narrativa de ordem histórica. É necessário ter algum cuidado, porque isso pode levar a que muitas pessoas, sobretudo de uma geração mais jovem, não compreendam... Outro dia, contaram-me o episódio de um jovem que estava estudando no exterior e que numa conferência qualquer sobre um livro do Henrique Abranches, *Misericórdia para o reino do Congo*, acreditou que tudo aquilo que está no livro se passou exatamente. Ou seja, é preciso saber fazer a leitura desses romances e não levar ao ‘pé da letra’, sob pena da literatura levar a uma certa alienação das pessoas.

Ainda assim, aparece mais recentemente essa nova faceta memorialista (segundo se pode chamar), onde os mais-velhos narram as suas memórias sobre a História recente. Primeiro, porque foram atores do processo e querem marcar a sua posição e, segundo, porque querem contar a sua versão da História. Então, é preciso ler também com muito cuidado todas essas memórias. Porque cada um tem uma memória seletiva, pela qual recorda aquilo que lhe interessa ou é importante. Se a literatura tem as suas versões dos acontecimentos, as memórias também. No fundo, a História, de certa maneira, não deixa de ser uma forma de manipulação de fatos. A História, aquela que é construída pelos historiadores, deve ser vista como provisória e não como uma verdade definitiva. Assim como a Nação, a História também deve estar

sempre em construção e reconstrução. A Nação dos nossos intelectuais dos anos 50 não é a mesma de hoje. As pessoas hoje têm uma outra noção do que é ser angolano. E isso é que dá a dinâmica da sociedade. De resto, penso que as pessoas, em Angola, estão a viver um momento de reconhecimento consigo próprias. É tanto um reconhecimento na sua dimensão espacial como temporal.